

A centralidade da categoria trabalho: uma Análise crítica do debate sociológico contemporâneo

Luís Antônio Cardoso

INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos 40 anos, o debate sociológico tem sido impactado por todo um conjunto de autores e teses que vem propondo o fim da categoria trabalho, como uma categoria central no pensamento social.

De fato, as últimas transformações que temos presenciado na economia, na transformação dos processos produtivos e no trabalho contribuíram significativamente para o alavancamento deste movimento, levando diversos autores isolados e Escolas a refletirem e a teorizarem sobre as mudanças em curso em nossa sociedade.

Este artigo tem, pois, como objetivo explorar e fazer um mapeamento crítico das principais correntes e autores que contribuíram para o desenvolvimento deste debate, identificando suas principais teses e argumentos críticos.

Para tal, o artigo estrutura-se em duas seções ou partes distintas. Na primeira, denominada *A Centralidade da Categoria Trabalho no Pensamento Social* realizamos uma abordagem introdutória colocando a questão da centralidade da categoria trabalho na construção do pensamento ou teoria social. Discorre-se aqui sobre como a categoria trabalho mostra-se importante desde a fase anterior à fundação da sociologia, até a consolidação desta em sua fase clássica. São evocadas as principais idéias sobre o trabalho e a sua constituição enquanto um importante mecanismo de análise do social. Na segunda e última parte, intitulada *O Fim da Centralidade do Trabalho e seus Debates Contemporâneos* discorreremos sobre o movimento de tentativa de descentralização da categoria trabalho no pensamento social que se desenvolve no decorrer do final do Século XX, contextualizando-o no conjunto deste debate. Em seguida,

expomos as cinco grandes teses que consideramos as mais importantes no contexto desse movimento teórico. Por fim, fechamos o artigo com uma breve conclusão, na qual são expostas nossas considerações e questões mais imediatas.

A CENTRALIDADE DA CATEGORIA TRABALHO NO PENSAMENTO SOCIAL

A categoria trabalho sempre ocupou um lugar preponderante e central desde a formação e o desenvolvimento do pensamento sociológico, isto é, desde o surgimento da sociologia.

Na construção do método da análise sociológica, a redução da realidade social ao construto *categoria* permitiu à sociologia operar e classificar as complexas manifestações do social. Portanto, na medida em que a sociedade ocidental, transformada pela revolução industrial e pelo capitalismo, se desenvolveu e fez do trabalho a sua principal mercadoria e o mecanismo de geração de valor e de alavanca para o processo de acumulação capitalista, o trabalho se impôs enquanto uma categoria central e fundamental para o entendimento dessa sociedade.

Não obstante a importância da categoria trabalho desde os primórdios do pensamento social, um conjunto significativo de pensadores, anteriores ao nascimento da sociologia, já destacava o trabalho como um elemento central e de grande importância para o entendimento do indivíduo na vida social.

Dentre tais pensadores, Hegel destacou-se enquanto um dos mais importantes. Em seu sistema filosófico, ele elaborou uma verdadeira *gramática*, na qual via o trabalho enquanto um importante elemento para a análise do homem em relação à natureza e à formação da sua consciência. Em sua abordagem, além de perceber o trabalho como uma fonte de toda a riqueza e de toda a civilização, ele também o percebia como um processo de exteriorização dialética do sujeito.

Desde os escritos de Iena, nos primeiros anos do século XIX, Hegel sustentou a tese segundo a qual na relação do homem com a natureza, o trabalho funciona como um elemento mediador, fornecendo o suporte para a formação de uma consciência no homem. Em outras palavras, é através do trabalho que o homem é capaz de decodificar a natureza de modo a aproveitá-la instrumentalmente. O trabalho, portanto, funciona como uma ação intencional, consciente e reflexiva, capaz de libertar o homem da tirania da natureza¹.

Não obstante, esta idéia fundamentou o sistema de necessidades através do qual Hegel deu sentido a sua tese da sociedade civil. Nesta, o trabalho é pensado como elemento de mediação entre as necessidades subjetivas e as necessidades do outro. Mais precisamente, os produtos do trabalho funcionam como mediadores entre esses dois pólos, visto que, as necessidades do outro também assumem um status de necessidade pessoal. A satisfação de uma necessidade

subjetiva somente se faz possível na medida em que o trabalho adquire uma envergadura social, isto é, geral. Deste sistema de necessidades, segundo Hegel, nasce o princípio da divisão do trabalho e, assim, pois, a noção de sociedade civil. Logo, desse ponto de vista da abordagem hegeliana, o *social* consiste em uma manifestação na qual o homem se liberta das necessidades naturais. E, assim, pelo trabalho, *o homem se faz a si mesmo no interior de uma necessidade feita por ele mesmo*². Ainda, poder-se-ia dizer que, em se fazendo coisa (*sich zum Dinge machen*) pelo trabalho, fazendo ato de vontade refletida, o homem participa das transformações do mundo e se envolve ao mesmo tempo em um universo de seres humanos e não-humanos que formam o hábito de sua vida.

Sem deixar de considerar a complexidade e as controvérsias do sistema filosófico elaborado por Hegel tamanha foi sua importância para o entendimento do trabalho na formação do pensamento social, na medida em que sua abordagem permitiu ver o trabalho sob dois pólos distintos: tanto exteriorização do sujeito, quanto interiorização do social.

No que se refere ao trabalho enquanto processo de exteriorização do sujeito ele caracteriza-se, concomitantemente, enquanto *separação e fusão*, negação e negação da negação. Por um lado, o homem se afirma ontologicamente por sua capacidade de recusa (*separação, negação*). Por outro, ele atinge a plena e inteira satisfação na sua condição de trabalhador, uma vez que, pelo resultado de seu labor e pelas interações que este último promove, ele constrói um universo comum que unifica as coisas e os homens (*fusão, negação da negação*).

Visto através do outro pólo, isto é, o trabalho enquanto interiorização do social, a abordagem hegeliana também trabalha sob esse enfoque da dialética negativa. Uma vez enquanto ser no mundo, o sujeito nele se institui por um movimento de ruptura (*negação*), que o conduz da mônada física, isto é da substância simples, ao estado do indivíduo social. Desconhecedor do tempo e das contradições, a psique instrui o sujeito originário e, assim, a identidade mostra-se preliminarmente enquanto *sensação, percepção, representação*. A instituição do indivíduo social toma forma, em seguida, pela imposição contínua dos princípios e das imagens exteriores e heterogêneas à psique. A instituição do indivíduo ocorre concomitantemente à instituição da sociedade. E, nesse sentido, as *mediações cognitivas* acabam por exercer um papel fundamental no processo de socialização. Isto posto, duas componentes da instituição se mostram importantes: a primeira, seria a *Weltanschauung*, isto é, a percepção de mundo, comum às significações imaginárias que fundam a sociedade; e, por outro lado, a segunda, reportar-se-ia às *regras*, uma vez que, enquanto *mediações cognitivas*, estas mostram-se constitutivas dos fatos sociais bem como servem de instrumento para a garantia do espírito de disciplina e o equilíbrio da sociedade³.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que o trabalho se comporta como experiência portadora de esquemas cognitivos ao valor instituidor (*negação*), este assume um caráter dialético ao se

comportar como elemento de *interação* (negação da negação). A instituição do indivíduo social refere-se não somente a uma apropriação do mundo sob forma de imagens e de regras, mas, também, pelo fato que ela pressupõe um envolvimento ativo do sujeito, o qual constrói sua identidade opondo-se aos significados do outro. Esta se constitui como a condição do processo de socialização, processo seqüencial, através do qual o ego aprende o mundo das comunidades existentes, bem como seleciona o conjunto de papéis nos quais ele se investe. Esta dialética hegeliana do reconhecimento pelas interações coloca que a vida social não é governada tanto pela preocupação de se defender do outro, mas, muito pelo contrário, de se fazer reconhecer por ele. Nesse sentido, tal como Hegel deixou representado na dialética do senhor e do escravo, o trabalho permite ao indivíduo operar este reconhecimento, permite ao homem tomar consciência de sua própria existência, de afirmar seu domínio sobre a natureza e sobre as coisas e, *in fine*, de operar em favor de uma transformação das relações sociais⁴.

Anos mais tarde, a partir de meados do Século XIX com a fundação da sociologia e a estruturação da moderna teoria social o trabalho veio a despontar como uma de suas principais preocupações, ocupando o lugar enquanto categoria central. Seja na sociologia burguesa quanto na sociologia marxista a centralidade do trabalho sempre marcou a análise da vida social e aí fez seu lugar comum na sociologia.

Os autores clássicos da sociologia, ao desenvolverem suas argumentações, problemáticas e teses, não obstante a particularidade de cada objeto investigado, reafirmaram e fizeram prevalecer na teoria social este caráter do trabalho enquanto uma categoria central.

No construto teórico desenvolvido por Marx, este autor, ao herdar a tradição hegeliana, colocou o trabalho como sua categoria central e principal para a explicação sociológica da sociedade ocidental. Ao construir as análises e os conceitos da exploração capitalista, das classes sociais, do estado moderno, da luta de classes, da ideologia, da alienação, da formação do valor, do capital, dentre outros não menos importantes, o autor tornou claro como o trabalho, além de pano de fundo de todas essas questões, constituiu-se como uma *eterna necessidade natural da vida social*, isto é, o meio através do qual permitiu ao ser social se impor sobre a natureza que o cerca, exercer seu reconhecimento sobre ela, e transformá-la, transformando-se a si próprio.

Na sociologia desenvolvida por Weber, a categoria trabalho também ocupou um lugar central. Nesta tradição sociológica, o autor mostrou como a *Weltanschauung* exerceu um papel determinante na gênese do capitalismo moderno e na construção da noção moderna de trabalho. Assim, a ascese protestante, bem como todas as visões do universo *intra* e *extra* mundano fizeram do trabalho uma vocação (*Beruf*). Ela transformou o burguês em um homem de negócios racional e colocou à sua disposição os trabalhadores sóbrios, conscienciosos, de uma capacidade de trabalho pouco comum, e, apegados ao trabalho tal como o destino que Deus

assim quis para suas vidas⁵. Além disso, Weber também tornou central em sua análise e procurou evidenciar o papel do trabalho na composição da racionalidade capitalista, mostrando como a racionalidade estratégica do cálculo capitalista tornou-se a força motriz dominante da racionalização, desvinculando o trabalho de todos os critérios de referência doméstica e da satisfação pessoal do indivíduo.

Em outro pólo, na tradição sociológica positivista francesa, Durkheim também confirmou a importância do trabalho como categoria central. Ao tomar como ponto de partida de seu construto analítico, o trabalho, o autor procurou associá-lo como elemento do processo de interação (negação da negação) do indivíduo na sociedade. Em duas de suas obras, em *O Suicídio* (1897)⁶ e, posteriormente em *A Divisão do Trabalho Social* (1902)⁷, Durkheim tomou como argumento a idéia segundo a qual as corporações de ofício seriam uma forma de se remediar a crise que ele ora diagnosticava. Estas instituições do trabalho, segundo ele, seriam capazes de produzir critérios de justiça, e de tornar os trabalhadores mais integrados na vida social. Por conta disso, ele achava que essas instâncias de regulamentação poderiam e deveriam se impor no lugar dos organismos sociais (Estado, comunidades, família, etc.), bem como também, produzir regras comuns e de participar na construção e no reconhecimento dos indivíduos enquanto seres sociais. Mais precisamente, nessa sua última obra, Durkheim analisou a diferença entre os diferentes tipos de solidariedade existentes nas sociedades (tradicional e industrial) e buscou demonstrar o surgimento de uma solidariedade orgânica em um ordenamento corporativo da sociedade burguesa, evidenciando, pois, a divisão do trabalho como uma nova fonte da solidariedade e da integração social⁸.

Destarte, tal como se pode perceber, a sociologia clássica, bem como todo o pensamento social que a ela se seguiu, consagrou o propósito da categoria trabalho como um dado social central. A partir desta idéia, a construção teórica social, a formulação dos princípios gerais que delineiam a estrutura, a dinâmica, a integração, os conflitos e suas tensões, o desenvolvimento e a construção da auto-imagem do presente e do futuro da sociedade, ficaram fortemente centrados no pressuposto de uma *sociedade do trabalho*.

O FIM DA CENTRALIDADE DO TRABALHO E SEUS DEBATES CONTEMPORÂNEOS

Todavia, a partir do final da década de 60 do Século XX e, pelas décadas seguintes, um conjunto de autores despontaria no cenário da sociologia, abrindo fortes questionamentos quanto a esta centralidade ocupada pela categoria trabalho no pensamento social.

De fato, a crise estrutural do capitalismo ora desencadeada e seguida pelas crises do Estado, da regulação da economia, do tradicional sistema taylorista/fordista de produção industrial, seu conseqüente declínio, e o surgimento de um novo setor produtivo calcado nas novas tecnologias

da informação e da comunicação, na automação de base micro-eletrônica, e da economia de serviços levou inúmeros autores a desenvolverem o credo de que este momento da história do mundo se fez acompanhar de uma crise sobre a racionalidade capitalista, bem como do pressuposto sociológico que até então houvera por sustentar a concepção de uma sociedade do trabalho.

Esta crise estrutural da sociedade, segundo o debate produzido, estaria lançando o gérmen de um novo sistema dotado de uma nova e diferente racionalidade. O argumento principal desses autores residiu no fato de que esse novo capitalismo seria um novo e diferente sistema, no qual prevaleceria a superposição da tradicional racionalidade formal/instrumental por uma nova racionalidade, não tanto instrumental, calculista e voltada para a obsessiva valorização do capital, mas muito pelo contrário, voltada para uma redescoberta e uma maior valorização do elemento humano e de sua subjetividade no conjunto do processo produtivo.

Nesse sentido, diante das inúmeras transformações na economia, na sociedade, bem como a partir das novas formas de produção e de trabalho delas advindas, lançou-se a hipótese de que o tradicional esquema de uma sociologia fortemente centrada na categoria trabalho, isto é, no trabalho referente a um capitalismo estável, não seria mais capaz de dar conta das inúmeras formas sociais com que o novo capitalismo fazia desabrochar, e com as quais a sociologia se deparava.

Assim, este novo movimento teórico questiona fortemente a idéia da centralidade da categoria trabalho enquanto uma categoria sociológica fundamental, propondo, inclusive, sua descentralização no conjunto do pensamento social.

Os primeiros escritos desse movimento despontam no final da década de 60 e, dentre os pioneiros Jürgen Habermas, a partir da publicação de seu trabalho *Técnica e Ciência como Ideologia*⁹, em 1968, lançou as bases para a ampliação desse controverso debate. Nas décadas seguintes, outros textos são produzidos, ampliando consideravelmente a contribuição a esta discussão. Dentre os mais relevantes, despontou a obra de Habermas, *Para a Reconstrução do Materialismo Histórico*¹⁰, bem como a obra de André Gorz, *Adeus ao Proletariado*¹¹, já ao final da década de 70. Na década de 80, esta produção se intensificou e novos textos, bem mais polêmicos apareceram. Logo no início dessa década, Jürgen Habermas, mais uma vez voltou a polemizar o debate com outros textos, bem como com sua obra intitulada, *A Teoria da Ação Comunicativa*¹². Em seguida, Claus Offe, ao lançar seu livro *Trabalho & Sociedade*¹³, amplia consideravelmente este movimento teórico crítico. Não obstante, outros autores não menos importantes ampliam esse debate. Tal é o caso de Adam Schaff, com o trabalho *Sociedade Informática*¹⁴, e Robert Kuz, com o livro *O Colapso da Modernização*¹⁵.

Doravante, discutiremos cada uma dessas teses em seus quadros gerais e seus pormenores.

JÜRGEN HABERMAS: A OBSOLESCÊNCIA DO VALOR-TRABALHO E O SURGIMENTO DE UMA NOVA RACIONALIDADE COMUNICATIVA NO CAPITALISMO

Um autor que contribui bastante para a difusão dessa nova *onda* de pensamento alternativa à afirmação unívoca da racionalidade instrumental capitalista é o herdeiro frankfurtiano Jürgen Habermas. Embora oriundo da tradição de pensamento do marxismo weberiano, esse autor, desde há muito, procura desestabilizar o lugar ocupado pela racionalidade instrumental capitalista na teoria social, em posição nitidamente contrária aos seus fundamentos teóricos de sua origem, a Escola de Frankfurt.

Em um de seus trabalhos, o célebre *Técnica e Ciência como Ideologia*, realizado no final da década de 60, o autor desde então esboça uma tentativa de rejeição quanto à viabilidade de entender e explicar a possibilidade da emancipação no capitalismo tardio, por meio da centralidade da categoria trabalho.

Não obstante, Habermas propõe a desqualificação e o enquadramento, em um segundo plano, da *teoria do valor* marxista. Ao considerar a ciência como a mais principal das forças produtivas em substituição ao *valor-trabalho*, Habermas coloca que este último teria se tornado obsoleto, inoperante.

Esta polêmica mostra-se evidente no debate travado com Marcuse ao longo do texto, onde Habermas acredita haver uma alteração fundamental na relação entre técnica e ciência enquanto elemento de legitimação da dominação. Para Habermas, este autor acredita que a racionalidade técnico-científica, em última instância, pode ser entendida como um instrumento de dominação, tanto sobre a natureza quanto sobre os homens. Destarte, a racionalidade é pensada tal como uma ideologia para a manutenção do sistema, bem como para converter as massas em suporte de legitimação do próprio sistema. Assim, Marcuse sustenta que o conceito de razão técnica é revestido de um forte componente ideológico que facilita a dominação sobre a natureza, bem como sobre os homens. A racionalidade implica a institucionalização da dominação, na qual o antagonismo entre forças produtivas e relações de produção não mais funcionaria tal como o pensado por Marx, em favor de um esclarecimento político, mas sim como um fator preponderante para o obscurecimento e legitimação da dominação. Segundo Habermas, Marcuse realiza uma fusão de técnica e dominação, que através de uma aparente neutralidade, oculta um projeto de mundo totalmente voltado para os interesses das classes dominantes. Logo, com vistas a contrapor esse modelo de desenvolvimento técnico-científico como instrumento de dominação da sociedade industrial, Marcuse acredita no desenvolvimento de uma nova ciência. Para a construção de uma vida emancipada, faz-se necessário revolucionar a ciência, tanto em sua metodologia, quanto em seu construto teórico. Todavia, Habermas recusa

essa possibilidade. Para ele, a consideração de Marcuse faz-se como impossível, pois, além de privilegiar uma conexão entre a técnica e a ciência a um agir instrumental, esta reduz a possibilidade de conduzir a ciência a um projeto emancipador da humanidade, uma vez que esta é vista, tão somente, como historicamente superável. Ao recusar a proposta de Marcuse, Habermas acredita que o capitalismo atual não mais comporta este esquema analítico ora proposto, visto que a técnica e a ciência não cumprem mais, como outrora, a função de legitimação da dominação. Assim, é neste sentido que Habermas vai propor uma nova distinção entre trabalho e interação, desacreditando o peso da racionalidade instrumental sobre o trabalho, proposta tanto por Weber quanto por Marcuse. Pois, tal como o próprio Habermas sublinhou, "(...) a tese fundamental de Marcuse, de que a técnica e a ciência cumprem hoje a função de legitimação da dominação, proporciona-nos a chave para a análise da constelação que foi alterada"¹⁶.

Segundo Habermas, há outro componente social, ora obscurecido pela racionalidade instrumental weberiana, e que precisa ser descortinado com o despontar do avanço tecnológico surgido desde fins da década de 60, e que avança a todo vapor pelos anos seguintes.

Dando continuidade a suas idéias, Habermas, em outro trabalho, na década de 70, mais precisamente em 1976, e denominado *Para a Reconstrução do Materialismo Histórico*¹⁷, vai tentar mostrar este componente obscurecido. Tomando como ponto de partida os pressupostos fundados na *Ideologia Alemã*, de Marx, os quais preconizam que os movimentos humanos são fundamentados na construção de um modo de vida material, Habermas vai tentar, com base na história do processo evolutivo e antropogenético, construir um mapeamento das distintas características dos hominídeos, dos primatas e do homo sapiens. Assim, ao comparar esses diferentes estágios do desenvolvimento humano, Habermas vai preconizar que diferentemente dos hominídeos, os quais eram regidos por um agir estratégico com base na razão instrumental, os homo sapiens vão se caracterizar como seres de evolução social, dotados de uma complexidade singular, fazendo-os diferentes dos outros. Não obstante, essa complexidade decorrente do processo natural de evolução vai dotar os homo sapiens de um sistema de normas sociais, no qual a linguagem far-se-á como um elemento presente e indispensável para sua existência nesse sistema¹⁸. Na realidade, o que Habermas quer dizer é que o desenvolvimento da linguagem nos homo sapiens atinge uma forma bastante desenvolvida gerando uma nova forma de razão comunicativa, inexistente nos outros estágios da vida humana. Isto posto, e definindo os homo sapiens como seres de linguagem e, conseqüentemente de razão comunicativa, além de razão instrumental, Habermas vai sustentar a tese segundo a qual o trabalho e a linguagem, por sua vez antecedem ao homem e à sociedade. Destarte, Habermas torna a teoria marxista materialista contida na *Ideologia Alemã* como algo obsoleto, incapaz e insuficiente para capturar a forma de vida humana. É com base neste pressuposto que ele vai elaborar seu construto teórico, uma vez já previamente elaborado nos textos anteriores da década de 60, isto é, o da linguagem

enquanto um fundamento das interações humanas capaz de permitir a construção de vínculos valorativos e normativos entre os indivíduos. Visto sob outro prisma, Habermas vai tentar operar, em um primeiro plano, uma articulação entre trabalho e linguagem com o intuito de demonstrar que nesta articulação reside a exclusividade social. Posteriormente, em outro plano, o autor vai distinguir interação e trabalho, ou no dizer habermasiano, distinguir agir comunicativo e agir instrumental. Para Habermas, é justamente este agir comunicativo que vai se destacar como a categoria fundamental para a compreensão das relações sociais. A perspectiva materialista sobre o trabalho, tal qual elaborada por Marx, é então rejeitada, justamente por não considerar essas dimensões da linguagem e da interação, ora evidenciadas por Habermas.

Em outro trabalho, lançado no ano de 1982 e denominado de *Teoria da Ação Comunicativa*, e considerado como uma das mais importantes e polêmicas de suas obras, Habermas vai definitivamente repensar a racionalidade do sistema capitalista, ampliando essa tese do agir comunicativo. Ao realizar uma profunda releitura da teoria weberiana da racionalização, Habermas vai criticar a inexistência, no pensamento de Weber, de uma consideração sobre os fenômenos subjetivos da linguagem e de sua interação entre os homens na sociedade. Ao tomar esta idéia como fio condutor de seu pensamento, Habermas tenta recompor a teoria da racionalização de Weber por considerá-la ter um peso excessivo na consideração sobre a esfera do agir instrumental. Para o autor, Weber comete um equívoco ao devotar ao conceito de racionalização um reducionismo, motivado pela hegemonia da razão instrumental sobre a razão valorativa. Destarte, Habermas vai estabelecer uma crítica, fundamentando que o excesso de racionalidade contida na obra weberiana vai ser o motivo direto de seu desencantamento e por sua resignação acerca da possibilidade da emancipação do homem na sociedade capitalista. O excesso de negatividade contido na proposta de Weber, segundo Habermas, obscurece uma perspectiva de emancipação do homem.

A partir disso, seguindo sua linha de argumentação, já inaugurada anteriormente em outros trabalhos, ele identifica a existência de uma nova racionalidade, a qual ele a denomina de racionalidade comunicativa, ou de agir comunicativo. É este agir, que no construto teórico de Habermas, vai dar estrutura ao sistema social humano, isto é, a vida concreta, oferecendo possibilidade para a integração social, a qual, por consequência, efetiva a prática do trabalho social. É assim, pois, que a linguagem vai assumir seu lugar e deslocar o trabalho de seu papel predominante e hegemônico.

Isto posto, Habermas vai explicar que na existência humana existiriam basicamente dois subsistemas: o *sistema* e o *mundo da vida*. No *sistema*, prevaleceria a existência da racionalidade instrumental, que ele a denomina de agir teleológico e estratégico, ao passo que no *mundo da vida*, prevaleceria essa racionalidade lingüística, o agir comunicativo, essencialmente voltado

para a intersubjetividade e a interação. Habermas vai efetivar uma distinção entre o trabalho (esfera da necessidade, da razão instrumental, e do sistema) e a interação (esfera do agir comunicativo, da liberdade, e do mundo da vida).

Tomando esse construto teórico como eixo de sua análise, em relação ao desenvolvimento do capitalismo, Habermas descreve que com o advento da modernidade, o sistema e o mundo da vida sofreriam uma espécie de desacoplamento e com o aumento da complexidade das relações capitalistas de produção o sistema tenderia a instrumentalizar o mundo da vida. Tal como numa sociedade tribal, o sistema estaria colonizando o mundo da vida, isto é, transferindo a sua racionalidade instrumental para o universo da racionalidade comunicativa através da instrumentalização da vida, que se daria pela generalização do poder, do dinheiro, da monetarização e da burocratização. Todavia, o autor acredita que o capitalismo não seria totalmente destrutivo para a humanidade como assim previra Weber, mas muito pelo contrário, ele acredita que o sistema não é capaz de colonizar totalmente o mundo da vida, restando um espaço para o desenvolvimento da intersubjetividade, de um potencial comunicativo entre os homens (que futuramente os libertaria do sistema), para a afirmação da utopia (que se encontra no mundo da vida) e, para a pacificação do conflito de classes na sociedade capitalista. Habermas tenta desmontar Weber, afirmando que existiria no capitalismo um espaço para a existência dessa nova racionalidade, totalmente diferente da racionalidade instrumental, que tornaria os homens livres da instrumentalização da prática comunicativa e, portanto livres das imposições do sistema instrumental. Por outro lado, uma vez mais, Habermas, com essa nova teoria tenta desmontar a teoria do valor marxista afirmando que Marx causa uma travagem dialética entre sistema e mundo da vida, além de não fornecer uma análise satisfatória para a análise do capitalismo tardio. Em suma, com todo esse construto Habermas quer nos mostrar que se opera um deslocamento de centralidade das categorias sociais. A esfera do trabalho não mais se mostra como a esfera central por excelência da sociedade pós-industrial, mas muito pelo contrário, este lugar é agora ocupado pela esfera da ação comunicativa. A esfera do trabalho é substituída pela esfera comunicacional ou da intersubjetividade, na qual encontramos o novo núcleo da utopia. Embora bastante polêmica e propagada no meio intelectual e acadêmico do estudo do trabalho através de vagas de modismos habermasianos, essa teoria conquista um espaço considerável, influenciando diversos outros autores.

ANDRÉ GORZ: O FIM DA CLASSE-QUE-VIVE-DO-TRABALHO

Em um trabalho altamente inusitado e polêmico, denominado *Adeus ao Proletariado*, lançado na França no ano de 1980, e no Brasil em 1982, um dos pioneiros desse movimento, o ensaísta francês André Gorz, dispara a sua tese. Neste trabalho, o autor, ao analisar a crise do sistema europeu de produção e a relativa redução do operariado industrial nos países capitalistas

avancados, conclui pelo argumento de que a *classe-que-vive-do-trabalho* estaria em vias de desaparecimento. Tal tese, diante da confirmação que obtinha com a crescente crise que assolava o universo do trabalho europeu, obtém uma enorme repercussão nos meios acadêmicos e não acadêmicos de todo o mundo, confirmando seu sucesso, além de abalar as estruturas do movimento operário e influenciar todo um grupo de autores e pensadores.

De um modo geral, a tese desenvolvida por Gorz parte do pressuposto que a crise do capitalismo nos países centrais teria ocasionado uma substituição crescente e contínua da tradicional classe operária por uma nova classe, a qual ele denomina de *não-classe-de-não-trabalhadores*. Segundo o autor, esta última seria composta pelas pessoas excluídas do mercado formal do trabalho assalariado, desempregados, trabalhadores em tempo parcial e temporários, em razão da introdução, difusão e desenvolvimento do processo da automação, da microeletrônica e das novas tecnologias da informação. Destarte, a *não-classe-de-não-trabalhadores*, diferentemente da classe operária tradicional, teria o emprego não mais como uma garantia, como outrora, mas doravante, como uma atividade provisória, acidental e contingente¹⁹. Portanto, para Gorz, esta nova *não-classe-de-não-trabalhadores* passa a ser sujeita da vulnerabilidade do presente, não gozando, pois, de nenhuma concepção de sociedade futura. Assim, segundo o autor esta nova camada social carece de ser definida, não podendo assumir as definições passadas da sociologia. Visto que o trabalho atual, em razão direta da revolução microeletrônica – que destrói os postos de trabalho diminuindo a quantidade de trabalho social e aumentando o desemprego tecnológico –, não pode mais ser visto como uma atividade principal da sociedade, esta nova *não-classe-de-não-trabalhadores* desvincula-se do processo produtivo e não tem seu lugar definido nesta nova ordem. Portanto, é, pois, que Gorz justifica a máxima de *Adeus ao Proletariado*²⁰.

A consequência mais direta desta revolução microeletrônica que se abate sobre o mundo capitalista faz Gorz vislumbrar um processo de dualização do mercado de trabalho, o qual passa a conviver com um centro privilegiado composto de trabalhadores empregados em tempo integral, e uma periferia constituída, crescentemente, por trabalhadores parciais, domésticos, e até mesmo de subempregados e desempregados. Segundo Gorz, esta dualização não pode perdurar por muito tempo, visto que este centro apresenta uma tendência em diminuir quantitativamente, e, por outro lado, o crescente número de trabalhadores centrais dispensados deve encontrar dificuldades em serem absorvidos pelo setor terciário, uma vez que este último encontra-se sob transformação intensiva provocada por sua crescente automatização. Em virtude disto, vislumbra Gorz, que o trabalho perde sua força de integração social e passa, então, a ser constituído prioritariamente como um fator de desintegração social²¹.

São esses fatos, pois, que levam Gorz a propugnar o fim da utopia do trabalho, uma vez que para o autor, este não vê mais necessidade do trabalho das pessoas na economia e, assim, o trabalho não se justifica enquanto um fundamento ao processo de integração social²².

Assim, segundo o autor, a única forma de se superar este processo seria a distribuição da quantidade do trabalho socialmente necessário entre a população. Em sua perspectiva, se a sociedade não for capaz de repartir o trabalho liberado pela revolução microeletrônica, os empregos serão transformados em atividades privadas, e de lazer. Por isso, para o autor, a redução do tempo de trabalho e a sua distribuição têm por objetivo repensar a relação entre trabalho e vida, sem que o primeiro domine a segunda, por meio da monetarização de atividades, antes exercidas de forma gratuita. Em virtude da crescente racionalidade, avanço técnico e divisão do trabalho, Gorz sustenta que os trabalhadores são impedidos de encontrar no trabalho uma atividade plena de significado. Assim, a redução do tempo de trabalho faz-se fundamental para que os indivíduos encontrem na totalidade da vida o desenvolvimento de suas habilidades culturais e cognitivas, até então não mais encontradas no mundo do trabalho.

Em suma, Gorz alude à redistribuição do trabalho socialmente necessário como forma de romper com a dualidade, por ele vislumbrada, entre um mercado de trabalho central e outro periférico. Assim, o autor, edifica uma sociedade dual, baseada em duas racionalidades distintas: uma econômica e outra não-econômica. A primeira, remontada à idéia do tempo de trabalho vinculado à racionalidade econômica e, a segunda, representada pelo tempo livre, na qual o indivíduo realiza sua autonomia e sua emancipação.

Segundo Gorz, para a crise que vivemos, a única solução possível é a de tipo dualista, pela organização de um espaço social descontínuo, comportando duas esferas distintas e uma vida organizada pela passagem de uma racionalidade à outra. Destarte, o autor sustenta a tese segundo a qual a esfera da racionalidade econômica ou da heteronomia não irá desaparecer por completo, mesmo considerando que o tempo livre exercerá certa predominância em relação ao tempo de trabalho.

Esta dualidade apresentada por Gorz entre as esferas da autonomia (liberdade) e da heteronomia (necessidade), remonta-se sobre a clássica dualidade existente entre a racionalidade de tipo instrumental, da esfera da necessidade, contra aquela do espaço auto-organizado e intersubjetivo dos indivíduos, isto é a esfera da liberdade.

Gorz pressupõe o tempo livre e a abolição do trabalho, e, o processo de *adeus ao proletariado*, do qual faz referência, está relacionado ao avanço da técnica e da revolução autônoma das forças produtivas, o qual ele denomina de revolução microeletrônica. Para o autor, esta última permite subverter o tempo de trabalho como medida de valor, posto que ela inaugura o decréscimo da massa total do capital fixo posto em ação para produzir um volume rapidamente crescente de mercadorias e, também, ela em razão disto, provoca um acirramento da contradição inerente ao próprio capitalismo²³.

Isto posto, o ocaso do trabalho, bem como a agonia do capital, vislumbrados por Gorz, serão potencializados pelo próprio processo de automatização das atividades produtivas e de servi-

ços. A técnica, todavia, gozará de uma respectiva neutralidade que, de uma forma geral, inaugura a era da abolição do trabalho, uma vez que este tende a tornar-se uma força produtiva secundária face à potência do automatismo e da complexidade dos equipamentos²⁴.

Assim, Gorz esvazia a esfera do trabalho, bem como a da política, uma vez que, para ele, a revolução microeletrônica corresponde à aspiração de uma proporção importante dos homens e das mulheres por (re)tomar o poder da/e sobre a vida²⁵.

Por fim, é a partir desta tese da neutralidade da técnica que Gorz vai erigir a sua utopia de uma sociedade de tempo livre. Nesta sociedade, o trabalho heterônomo é subordinado à esfera da autonomia, uma vez que a possibilidade de redução do tempo de trabalho permite a transformação do trabalho em atividade, e não na atividade. Para o autor, a redução do tempo de trabalho deve ser considerada como um fim para reduzir as desigualdades sociais. Assim, ela não pode ser seletiva e nem muito menos pode estar condicionada aos ganhos de produtividade e, seu objetivo maior é que a redistribuição do trabalho socialmente necessário seja benéfica para todos.

CLAUSS OFFE: O NOVO PARADIGMA PRODUTIVO E A PERDA DA CENTRALIDADE DO TRABALHO

Outro autor, também de origem neofrankfurteana, que procura de forma análoga reverter o lugar da racionalidade instrumental no capitalismo é Claus Offe. Influenciado diretamente por Habermas, esse autor alemão, diante de evidências empíricas por ele observadas no mundo do trabalho, vai propor a tese da perda da centralidade do trabalho como categoria sociológica fundamental para a compreensão da vida social.

A análise de Offe sobre a crise da sociedade do trabalho toma como ponto de partida três argumentos distintos: um primeiro, baseado em uma afirmação do Ministro do Trabalho e da Ordem Social da Alemanha, no texto *O Trabalho Continua*, onde o mesmo afirma que a fase vivida pela sociedade do trabalho deve ser interpretada como um sintoma de crise desta mesma sociedade. Um segundo argumento, fundamentado em dados e pesquisas empíricas de diversos autores, conduzem Offe para afirmar que muito embora se observe que a produção econômica de bens e serviços tenda a crescer, mesmo que em índices reduzidos, os dados empíricos evidenciam uma capacidade decrescente do mercado de trabalho em absorver a força de trabalho, isto é, os trabalhadores. Ainda sim, Offe acredita que mesmo em face à ausência desta oscilação de mercado, a crise da sociedade do trabalho teria como fundamento uma perda da qualidade subjetiva de centro organizador das atividades humanas, da autoestima, e das referências sociais, bem como das orientações morais. E, por fim, um terceiro argumento, baseado na constatação, também empírica, evidenciada por uma profunda diferenciação interna do mercado de trabalho, entre os trabalhadores regulados por trabalho

remunerado contratual. Isto posto, tais argumentos levam Offe a acreditar que a sociedade do trabalho do século XX está em crise.

A crise do trabalho, a capacidade decrescente do mercado de trabalho na absorção de trabalhadores, e a diferenciação interna dos trabalhadores assalariados sob a forma contratual, levam-no a crer que o trabalho em nossa sociedade encontra-se sob um rígido processo de transformação de sua divisão, organização, fragmentação e racionalidade, que o desqualifica como uma categoria central de análise. Ou seja, dessa crise da sociedade do trabalho, Offe deriva a perda do caráter explicativo fundamental do trabalho como categoria sociológica.

No argumento desenvolvido pelo autor, ao analisar a sociologia clássica e a construção de seu objeto, Offe percebe que esta toma como pano de fundo o trabalho, todavia, inserido no modelo de uma sociedade burguesa consumista, movida por uma racionalidade e abalada por conflitos de natureza trabalhista. Todavia, com o incremento da atividade industrial, desde o século XIX, a organização do trabalho, o desenvolvimento do cálculo racional e da racionalidade técnica, estes aspectos acabam por evidenciar o trabalho no pensamento social como uma categoria central e reveladora dos princípios de organização da sociedade, ora tornando-se o eixo em torno do qual se reproduziu a vida social. Em outras palavras, para ele o trabalho deixa de assumir uma posição estratégica na sociedade, tal como ele assumiu entre o fim do século XVIII e o término da Primeira Guerra Mundial, já no século XX, época dos autores clássicos da sociologia.

Não obstante esta posição ocupada, Offe, percebe haver, tão logo, na sociologia, uma perda para a categoria trabalho deste lugar privilegiado. De fato, o conjunto de transformações ocorridas a partir do último quartel do século XX, tais como o declínio das ocupações do setor secundário, bem como do desemprego estrutural, do avanço da racionalidade técnica e da diminuição do emprego assalariado, evidenciam, segundo Offe, a crise da sociedade do trabalho, bem como a perda do trabalho assalariado como fator de integração à sociedade. Para o autor, esta crise é percebida como uma mudança do quadro institucional da sociedade e, onde, na qual, o trabalho remunerado formal perde sua qualidade subjetiva de centro organizador das atividades humanas de auto-estima e das referências sociais, assim como orientações morais. Isto posto, Offe constata a diminuição das tentativas de se tentar compreender a realidade social por meio das categorias do trabalho assalariado, ou seja, para o autor, observa-se uma ampliação do espectro das pesquisas sociais que não colocam mais em evidência o trabalho como categoria central e fundamental para a análise da vida cotidiana.

São essas mudanças observadas, todavia, que levam Offe a colocar a centralidade da categoria trabalho em questionamento e, para responder a este desafio, Offe vai descrever o processo de

diferenciação, fragmentação e heterogeneização do mundo do trabalho, tomando como referência o crescimento vertiginoso do setor terciário da economia, isto é, o setor de serviços. Para Offe, o crescimento deste setor não pode ser interpretado através do modelo de uma totalização da racionalidade do trabalho baseada na produção técnica organizacional economicamente eficiente pelos trabalhadores assalariados. Destarte, Offe apresenta o setor de serviços como um setor no qual prevalece uma racionalidade específica e diferente daquela prevalecente no setor industrial. Essa distinção entre as racionalidades, no entender do autor, vai implicar uma maior diferenciação interna da coletividade dos trabalhadores assalariados. Assim, com o surgimento da sociedade pós-industrial de serviços, crê o autor, que a referência unitária do trabalho se dilui e as atividades de trabalho do setor industrial se deslocam para o setor de serviços, onde a heterogeneidade da atividade é muito grande e não permite a ocorrência de critérios similares de produtividade e de racionalidade técnica.

Logo, questões como o crescimento do setor de serviços, o declínio da participação dos trabalhadores do setor industrial, o desemprego, a expansão do emprego parcial, a crise do Estado de Bem-Estar Social e a fragmentação da sociedade salarial, vão servir como indícios, para Offe, de um declínio da ética do trabalho, uma vez que o trabalho vai ocupar cada vez menos espaço na continuidade da trajetória dos trabalhadores na sociedade.

Não obstante esta perda, Offe aponta, também, para a ampliação do tempo livre na sociedade como uma tendência geral em vias de se afirmar. Ao considerar o grau de desenvolvimento tecnológico, Offe acaba por concluir haver uma diminuição da proporção do tempo do trabalho dedicado na sociedade. Diante de tal constatação, Offe descentraliza a importância do trabalho no pensamento social e, vaticina que, para além dessa categoria, outras questões, anteriormente consideradas como secundárias na sociologia, tais como as questões étnicas, de gênero, ecológicas, dentre outras, despontam como questões sociológicas relevantes.

Em suma, o que Offe constata, e quer tornar como um pensamento central é o fato de que as evidências das dimensões de fragmentação e de diferenciação do trabalho e a produção de uma cultura do não-trabalho, oriunda do aumento da população dos excluídos do emprego industrial formal, levam-no a concluir que a consciência social não pode mais ser reconstruída como consciência de classe e, assim, a Sociologia deve buscar outras categorias para construir seu objeto, explorando categorias que estejam além da esfera do trabalho. Essas categorias, vistas como substitutas da categoria trabalho surgem para refundar o pensamento social e não se reduzem mais na perspectiva das contradições e dos conflitos, ora tradicionais na Sociologia, mas muito pelo contrário, estas tendem a se erigir sobre o espaço surgido com essa nova racionalidade emergente, da economia de serviços. Assentada sobre uma base mais comunicacional que instrumental essa nova racionalidade do sistema vai fazer despontar para

a Sociologia novas categorias, que tenderão a se apoiar sobre o espaço vital, o modo de vida e o cotidiano daqueles que compõem esta nova sociedade.

ADAM SCHAFF: AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E O FIM DO TRABALHO ABSTRATO

Em outro polo, esse debate da crise da sociedade do trabalho se amplia com o filósofo polonês Adam Schaff, o qual propõe o anúncio do fim do trabalho, na sua forma abstrata, com o advento da sociedade informática. Ao identificar a revolução das tecnologias da informação nesse final de século, o autor vai procurar analisar o impacto daquilo que denomina de *Segunda Revolução Industrial* sobre os âmbitos econômico, político-social e cultural sobre o indivíduo humano, o sentido e estilo de vida e o sistema de valores.

Para Schaff, esta nova revolução industrial, vai ser visto como o resultado de uma tríade - composta pela revolução micro-eletrônica e técnico-industrial, a revolução da microbiologia e da engenharia genética, e a revolução energética -, a qual vai mudar qualitativamente a base técnica do processo produtivo e afetar significativamente as relações sociais em seu conjunto²⁶.

Segundo a tese desenvolvida pelo autor, a assunção dessa tríade nessa nova era, se comparada com a era da primeira revolução industrial, denota mudanças bastante significativas em seu conjunto. Enquanto nesta primeira fase, por um período aproximado de duzentos anos, a sociedade produziu inúmeros inventos que permitiram ao homem ampliar e substituir de forma fantástica a força física humana, agora, essa segunda fase se produz de forma diversa, ampliando as capacidades intelectuais humanas, substituindo o trabalho humano por autómatos, eliminando-o na produção e nos serviços²⁷.

Embora Schaff demonstre uma superioridade da Segunda Revolução Industrial em relação à Primeira Revolução Industrial, ele observa que ambas produziram saltos qualitativos, embora antagônicos. Enquanto a primeira revolução produziu um enorme incremento na produtividade do trabalho humano, a segunda, por sua vez, concentrou e dirigiu sua atenção na eliminação deste.

Assim, para o autor essa transformação revolucionária da ciência e da técnica, implica modificações na produção e nos serviços, que por conseqüência, necessariamente produz mudanças nas relações sociais.

No plano econômico, observa o autor, o impacto mais profundo dar-se-ia com a redução de trabalho humano e o conseqüente acirramento do desemprego estrutural. A saída para esse problema, acredita Schaff, seria a substituição do trabalho tradicional, ou remunerado, por

atividades que dessem sentido à vida, mesmo que para assegurar o bem-estar psíquico dos homens desprovidos de trabalho. A sociedade futura ideal não seria nem um sistema de tipo capitalista nem socialista, mas uma espécie de *economia coletivista*. Ao observar o impacto da revolução tecnológica, o autor conclui pelo fim do trabalho tradicional, na sua forma de trabalho abstrato, e os homens, já que a classe trabalhadora também deixaria de existir, passariam a exercer as mais diversas formas de ocupação. Ainda, creê o autor, que as classes sociais fundamentais tenderiam a um fim visto que as mudanças na base técnica levariam ao fim da propriedade privada dos meios de produção e dos serviços em larga escala e, conseqüentemente à classe capitalista.

No plano político, o autor também vê profundas mudanças diretamente ligadas ao campo da democracia. Ele acredita que essa última sofrerá uma espécie de diluição, visto notar o fortalecimento de uma nova política de tipo centralista combinada com governos locais. Finalmente, no plano cultural e do indivíduo, Schaff percebe que as mudanças tecnológicas caminham no sentido da produção do cidadão do mundo, do homem universal. Este *homo universalis* também buscará um novo estilo e modo de vida, deslocando-se do *homo laborans* para o *homo ludens*, o que implicará em uma nova ética, novos valores e, portanto, em uma nova racionalidade.

ROBERT KURZ: O COLAPSO DA MODERNIZAÇÃO E O FIM DO TRABALHO ABSTRATO E DAS CLASSES SOCIAIS

Outro autor, Robert Kurz, embora não ligado ao meio acadêmico, também muito contribui para essa crítica, lançando a tese do colapso da modernização e da crise do trabalho abstrato. Embora um intelectual autodidata, motorista de taxi e membro de um grupo alternativo, esse autor, em seu trabalho *O Colapso da Modernização*, uma obra bastante ousada, arrisca a tese de que a modernização constituída pela forma mercadoria de relações sociais entra em um processo de crise qualitativamente diferente das crises cíclicas e está no horizonte do colapso.

A peculiaridade de Kurz, é que a forma mercadoria de produção e de relação social inclui a sociedade capitalista regida pela liberdade das regras de mercado e o socialismo – que ele o denomina de socialismo de caserna – mostrou-se incapaz de romper com o trabalho abstrato, regulando-o apenas pelo estatismo. Por outro lado, a *débâcle* do Leste Europeu, revelando o fim do socialismo, expôs os limites sombrios da modernidade e do sistema produtor de mercadorias, uma vez os fenômenos da exploração intensiva do trabalho sempre se mostraram presentes na proposta socialista. Longe de implicar a vitória do capitalismo, a derrocada do socialismo revelou, para o autor, que a modernização dos países socialistas nunca deixou de lado os fundamentos constitutivos de uma sociedade de mercado. O denominado socialismo real apesar de ideologicamente diferente, apresentava muito mais semelhanças do que diferenças em

relação às sociedades capitalistas. Em outras palavras, este se diferenciava pouco das sociedades capitalistas, uma vez que nele, também, predominava o mecanismo de valorização do capital, isto é, o trabalho abstrato, elemento fundamental na geração do valor²⁸.

Sob este argumento, portanto, sustenta Kurz, que a crise do sistema mundial de produção tem de ser pensada para além da sociedade industrial, do mercado e do Estado. Em outras palavras, para além da sociedade do trabalho.

No tocante à questão do trabalho, das classes sociais e da perspectiva da ruptura do capitalismo, a análise do autor aposta de forma determinística na agonia e no fim do trabalho abstrato, da mercadoria força de trabalho e, como consequência lógica, o fim das classes sociais.

É justamente do trabalho abstrato, elemento fundamental da produção de valor na sociedade, que Kurz toma como elemento central de sua análise. Ao compreender a crise do trabalho como uma forma historicamente vinculada à sociedade produtora de mercadorias, o autor resgata Marx, em seu viés economista. Embora Kurz seja caracterizado por ser exclusivamente antimarxista, ele concorda com a tese central de Marx da contradição entre o avanço das forças produtivas e o caráter nebuloso das relações sociais de produção²⁹. Assim, o movimento letal dessa contradição efetivar-se-ia pela mediação da concorrência capitalista que iria, mediante o desenvolvimento ininterrupto das forças produtivas, alcançar o ponto de abolição do trabalho, isto é, do trabalho de produção abstrato, repetitivo, somente destinado a criar valores.

A tese de Kurz acerca do trabalho abstrato encontra fundamento, isto é uma referência empírica, no avanço tecnológico vivenciado pelo capitalismo a partir da crise do fordismo na década de 70, bem como com o avanço das novas tecnologias de informação e comunicação, da microeletrônica e da automatização, ora surgida. O surgimento e a difusão de tecnologias poupadoras de mão-de-obra, que deslancham o aumento intensivo de capital, isto é, com o incremento de trabalho morto em detrimento ao trabalho vivo, vão constituir o cenário no qual Kurz vai vislumbrar a crise do trabalho abstrato. Segundo o autor, com o aumento intensivo e intermitente da racionalidade técnica, o sistema capital perde a sua capacidade de explorar o trabalho e, por consequência, constrói, de forma paradoxal, sua própria destruição, visto que, ao inviabilizar a absorção de trabalho vivo nos processos produtivos faz surgir toda uma massa de excluídos, os quais não conseguem se ajustar a este novo sistema.

Ainda, para Kurz, a lógica destrutiva da ciência, isto é, a capacidade destrutiva dessa força produtiva, inaugura uma era das trevas, na qual o horror não mais se constitui através da possibilidade de superexploração do trabalho, mas sim pela ausência dessa exploração para milhares de indivíduos. E, é neste cenário de horror e decadência social, moral e econômica que Kurz enxerga no surgimento do terceiro setor, uma possibilidade de superação da racionalidade

econômica vigente, fazendo nascer, assim uma nova racionalidade de reprodução social. Esta, por sua vez, tem como fundamento uma nova orientação, fundada em uma solidariedade para além do Estado e do mercado, isto é, para além de uma racionalidade instrumental e da mediação do dinheiro e do poder.

No que concerne ao papel do Estado e do mercado, Kurz também os relaciona com a crise do trabalho abstrato. Na medida em que a racionalidade técnica tende a eliminar o trabalho produtivo, isto é, substituir o trabalho vivo das fábricas pelo trabalho morto, ora simbolizado pelas máquinas e pelas novas tecnologias, enxerga o autor, não haver mais sentido recorrer ao Estado contra o mercado, e nem ao mercado contra o Estado. Ambas as falhas do mercado e do Estado, em seu entender, tornam-se idênticas, visto que, a forma de reprodução social da modernidade perde por completo sua capacidade de funcionamento e integração. É nesse sentido que, para Kurz, a crise do trabalho abstrato coloca em questão a capacidade do Estado e do mercado em restaurar a integridade funcional da sociedade, visto que, ambos, sempre construíram suas formas de integração com base na exploração do trabalho produtivo abstrato.

Finalmente, o autor propõe um final para a sua teoria bastante controverso. Ao mesmo tempo em que incita à luta para o rompimento da forma mercadoria de relações sociais de alienação, este embate fica sem o seu sujeito, uma vez admite que a classe trabalhadora não mais exista. A ruptura e a superação da crise, bem como a instauração de uma nova sociedade, no entender de Kurz, não seriam dadas pela construção de esquemas administrativos estatistas de natureza burocrática, mas muito pelo contrário, esta solução basear-se-ia em um movimento social consciente, capaz de derrubar, com o emprego da violência, esses aparatos construídos. Não obstante, o autor atribui às ciências sociais um papel relevante junto a esse esforço, com vistas a elevar a consciência crítica da sociedade e, face ao caráter destrutivo e excludente da sociedade da mercadoria, postula a emergência de uma nova racionalidade fundada na razão sensível, capaz de emancipar o sujeito social para este processo de ruptura.

CONCLUSÃO: UM OLHAR CRÍTICO SOBRE AS TESES...

Muito embora este artigo não tenha a pretensão de esgotar a discussão sobre o tema ora aventado, cabe-nos colocar algumas questões que consideramos importantes para o aprofundamento deste debate.

De fato, a categoria trabalho tem se mostrado ao longo da existência do pensamento social como uma categoria bastante sólida e seguramente construída para a análise do social. Concebida mesmo antes do nascimento da sociologia, e desenvolvida de forma muito bem construída pelos autores clássicos da sociologia, ela sempre se mostrou como uma categoria *par excellence* do pensamento social, resistindo ao longo do tempo e das transformações sociais.

Todavia, as transformações de fim de século por que passou o modo de produção capitalista, levaram alguns autores à crença de que as transformações estruturais da economia e do trabalho trariam mudanças significativas e irreversíveis para a organização social bem como para sua complexa análise. Não obstante despontam autores que, diante dos efeitos dessa crise estrutural sobre a sociedade, debruçam-se para sua análise e para a descrição de suas formas e conseqüências. Tal é o caso dos ensaístas e das teses ora apresentadas.

Embora bem construídas, bem estruturadas, complexas e dotadas de um refinamento intelectual que lhes torna peculiar, as teses giram em torno de um eixo comum, evocando o do papel do trabalho humano ou social enquanto elemento central na análise do social, diante de uma crise estrutural do modo de produção capitalista, na qual a atividade produtora de valor – o trabalho – é profundamente atacada e modificada.

As teses apresentadas oferecem uma grande contribuição para a Sociologia e, em especial para a interpretação e análise da sociedade neste limiar de século, Todavia, o debate formulado pelos autores carece de críticas.

Um primeiro marco crítico que estabelecemos em torno das teses apresentadas diz respeito à tentativa de desconstrução da centralidade da categoria trabalho no pensamento social. Tal como pudemos mostrar neste texto, a categoria trabalho tem uma existência muito anterior à própria sociologia e, destarte, os autores clássicos deste pensamento, destacando-se Marx, Weber e Durkheim, pertencendo ou não à tradição filosófica alemã de Hegel, valeram-se com fidelidade ao construto hegeliano em torno da questão do trabalho. Pode-se dizer, de certo modo, que a tradição hegeliana fundamenta a categoria trabalho e lhe dá vida própria. Ora, assim sendo, parece-nos bastante razoável que qualquer proposta que se incline para desconstruir a categoria trabalho deve passar obrigatoriamente pela árdua tarefa de desconstruir o conjunto do construto teórico que lhe deu origem, neste caso, o construto da tradição hegeliana. Notadamente, pelo que se pode observar nas teses apresentadas, nenhum dos autores se propôs a esta tarefa. Muito pelo contrário, o que as teses tomam como base de sua crítica é a tarefa de tentar desconstruir a proposta de dois autores clássicos da sociologia, Marx e Weber e suas asserções sobre o trabalho enquanto categoria: Marx, pela abordagem do valor-trabalho, e Weber pela teoria da racionalização. Nas teses apresentadas, o trabalho de Habermas concentra seu foco exclusivamente por tentar desmontar a teoria do valor-trabalho de Marx e a teoria da racionalização em Weber. Neste autor, o construto Durkheimiano sobre a categoria trabalho não é considerado, e quanto a Hegel, este sequer é notado. Gorz e os outros autores concentram-se exclusivamente em tentar desconstruir a categoria trabalho tomando por base a crítica à teoria de Marx, eivando-se de passar os olhos por Hegel. Evidente, pois, que esta incompletude acaba por gerar uma fraqueza nas propostas dos cinco autores. A nosso ver a proposta de

tentar desconstruir a categoria trabalho na sociologia, por estes autores proposta, é incompleta, carecendo de um maior aprofundamento sobre como esta categoria se constrói e como ela se fundamenta no pensamento social clássico.

Um segundo marco crítico, por nós vislumbrado, diz respeito à fundamentação empírica das teses que tentam desconstruir a categoria trabalho. Em nosso entender, a fundamentação empírica para dar sustentação às teses da desconstrução da categoria trabalho, em alguns autores, ela é inexistente, ou quando existente, os dados empíricos tomados como referências são esparsos, fluidos, e pouco consistentes e, conseqüentemente, as conclusões daí derivadas são precipitadas e afoitas, deixando de considerar com maior profundidade os pormenores da sociedade do trabalho no final do Século XX.

A tese de Habermas enquadra-se no primeiro caso. De caráter filosófico especulativo, o trabalho do autor perde força ao deixar de tomar como embasamento dados empíricos sobre a sociedade do trabalho. É louvável a capacidade intelectual do autor em promover um grande debate sobre a natureza da racionalidade, mas o seu resultado, quando pensado com relação ao objeto trabalho, deixa a desejar. É muito difícil de acreditar, tal como propôs Habermas, que nesse mundo pós-fordista a ciência se tenha se sobreposto como a principal força produtiva em relação ao trabalho. Mais difícil ainda é constatar como a ciência é usada de forma livre, escapando das amarras da velha racionalidade instrumental. De modo contrário, o que se observa empiricamente neste mundo pós-industrial é que cada vez mais todo o aparato técnico científico da sociedade é instrumentalizado em prol da acumulação do capital. Cada vez mais, e de forma crescente, a ciência é utilizada para o desenvolvimento de novas máquinas, microeletrônicas ou não, bem como para o desenvolvimento de novas tecnologias mecânicas e organizacionais em favor do capital. Em um ritmo crescente o aparato técnico científico avança sobre o domínio das recentes biotecnologias, sobre o genoma, o mapeamento do DNA e outras, justamente como forma de expansão da acumulação capitalista, sequer deixando espaço para a emancipação da ciência em prol da liberdade humana. Mais adiante, aprofundando a crítica à tese de Habermas, não é possível admitir que no mundo contemporâneo uma racionalidade de tipo comunicativo possa sobrepor-se a uma racionalidade de tipo instrumental. É correto afirmar que a pós-modernidade nos legou a afirmação do homem e de seu potencial comunicativo, muito embora também se tenha de admitir que a emancipação do homem neste mundo tenha ficado restrita aos limites impostos pela instrumentalidade do capital. A nosso ver, faltam dados empíricos na teoria de Habermas que possam mostrar como nessa dualidade entre sistema e mundo da vida, este último consegue escapar e se emancipar frente ao sistema. Inexistem fatos concretos sobre como se desenvolve a integração social, com o agir comunicativo, sobre a prática do trabalho social, tornando hegemônica a linguagem sobre a instrumentalidade. Pois ao contrário, o que se pode observar no mundo contemporâ-

neo é um avanço incontrolável do sistema sobre o mundo da vida, o que se faz notar pelo aumento progressivo pela generalização do poder, do dinheiro, da monetarização e da burocratização. A prova mais cabal dessa tendência fica demonstrada pelo avanço da globalização ou da mundialização do capital, da globalização financeira ou da financeirização, fatos esses, que demonstram uma expansão exponencial, jamais vista, da racionalidade instrumental sobre a sociedade. Resta-nos saber se diante desse novo paradigma, tal como diz Habermas, e diante dessas refutações por nós colocadas, como é que o autor acredita restar um espaço para o desenvolvimento da intersubjetividade, de um potencial comunicativo entre os homens (que futuramente os libertará do sistema) para a afirmação da utopia, e para a pacificação do conflito de classes na sociedade capitalista. Com relação a esta última, não precisamos de muito esforço para mostrar empiricamente como nesta era pós-fordista, esta tendência não se concretiza, tal como imaginou Habermas. Muito pelo contrário, o que se pode provar com as novas configurações do sistema capital e do mundo produtivo, é que nunca como outrora presenciávamos uma massiva fragmentação e decomposição do sistema de classes em nossa sociedade. O mundo pós-fordista acentuou intensivamente a divisão técnica e social do trabalho, opondo e deixando cada vez mais evidente a separação entre produtores e consumidores, opressores e oprimidos, e dominados e dominadores. Destarte, impossível é, falar em pacificação do conflito de classes na sociedade capitalista. O que se evidencia, naturalmente, e diferentemente do que pensou Habermas, é que no pós-fordismo, a cada dia o conflito de classes se intensifica. As novas tecnologias mecânicas, informáticas e organizacionais que ora são postas em prática, segregam os trabalhadores ao invés de uni-los e, também os dissociam intensivamente do controle autônomo de sua força de trabalho. Ora, se assim este novo paradigma produtivo se produz e se faz presente, como podemos dizer que o mundo do trabalho pacificou seus conflitos no pós-fordismo? A história do modo de produção capitalista, ao longo de suas fases, nos deixou sempre evidente que a luta pelo controle da força de trabalho pelo capitalismo foi a sua tônica e, esta, por sua vez, se produziu historicamente acirrando o conflito de classes. Não é neste mundo contemporâneo do capital que esta tendência deixa de se afirmar. Uma breve análise sobre a distribuição dos novos centros produtivos na zona oriental do planeta, a qual deixa evidente a depredação da força de trabalho, a ampliação das jornadas de trabalho, do uso intensivo do trabalho feminino e infantil, bem como da prática de baixos salários e do aumento considerável dos exércitos industriais de reserva, deixam claro a contradição do empírico como a teoria de Habermas. Se refletido sobre o caso brasileiro, nunca é demais lembrar que o mundo pós-fordista, perfilado por este novo paradigma neoliberal, tem se constatado um aumento forma considerável do número daqueles trabalhadores que têm recorrido ao judiciário trabalhista como forma de buscar uma solução para a atenuação dos conflitos surgidos na relação contemporânea entre o capital e do trabalho. Ora, como então justificar a existência de uma pacificação de conflito de classes nesta nova era? Com certeza, não é na teoria de Habermas que

encontraremos uma resposta a esta difícil questão.

Com relação à teoria de Gorz, podemos dizer que sua tese, apesar de inusitada e polêmica apresenta fraquezas de mesma ordem, ou seja, também faltam elementos empíricos que possam dar sustentação e coerência a que se propõe o autor. É correto afirmar que a revolução pós-fordista sobre o modo de produção capitalista modificou sua configuração com a revolução informática e micro-eletrônica. Todavia, este não foi seu fim único. A grande fraqueza da tese de Gorz e, com certeza, seu grande erro foi considerar este momento do modo de produção capitalista como o único grande impulsionador e transformador da sociedade salarial do pós-guerra e coadjuvante do Estado de Bem-Estar europeu. De fato, a revolução informática abalou de forma significativa a estrutura da sociedade salarial, mas não a extinguiu, nem muito menos os modos de trabalho a ela subjacentes. Por outro lado, o próprio desenvolvimento das transformações do modo de produção capitalista mostrou que a revolução informática e micro-eletrônica foi apenas uma parte da transformação pós-fordista. Um fato importante a considerar, com relação a esse aspecto e, cujo teor não foi alcançado pela predição de Gorz é que esse conjunto de transformações micro-eletrônicas e informáticas não foram capazes de atingir todas as atividades do sistema produtivo capitalista. Em outras palavras, apenas alguns processos produtivos conseguiram absorver as modificações impostas pela racionalização informática e micro-eletrônica. De um modo geral, apenas os setores de produção metal-mecânica, centrais no fordismo, é que conseguiram absorver com maior vigor esse conjunto de inovações tecnológicas. Outros setores produtivos, com características distintas deste setor central, ou pouco absorveram, ou nada absorveram de transformações. Por outro lado, o trabalho vivo eliminado desses setores produtivos, diferentemente do analisado por Gorz, não foi perdido ou extinto, mas muito pelo contrário, foi deslocado para outros setores paralelos ou subalternos da produção nos quais, muitas vezes, com requisitos de qualificação exigidos bem mais inferiores. Em suma, de modo distinto do propugnado por Gorz, não houve extinção de nenhuma classe operária, mas de modo antagônico, observou-se a velha *polarização das qualificações*, através da qual um núcleo pequeno de trabalhadores passa a conviver com as inovações informáticas e micro-eletrônicas e, outro mais numeroso e menos qualificado, é deslocado para setores de apoio aos setores produtivos informatizados. Por outro lado, ampliando essa discussão, e desqualificando mais ainda a tese de Gorz, ressaltamos o fato de que a crença da revolução informacional e micro-eletrônica que se viu ao longo da década de 80 como um movimento definitivo no sistema de produção capitalista, foi na verdade errônea. O próprio desenvolvimento do sistema de capitalista de produção mostrou que a utopia das *unmanned factories* propiciadas pela revolução informacional e micro-eletrônica, isto é, as fábricas sem trabalhadores altamente informatizadas e robotizadas, com um contingente mínimo de trabalhadores, na verdade, foi uma experiência e um movimento passageiro. O que se viu nos anos que se seguiram a essa euforia informacional foi um verdadeiro recuo a esta tendência, fazendo

com que os sistemas produtivos abandonassem essas experiências em prol de uma valorização do trabalho vivo e da exploração da intensificação da intelectualização desse trabalho vivo como forma de realização do valor nos sistemas produtivos. Ou seja, a classe trabalhadora tomada como elemento central do sistema capitalista de produção. Isto posto, havemos de concluir que a tese propugnada por Gorz é afoita, carecendo de elementos empíricos mais concretos, de modo a sustentar o desaparecimento da classe trabalhadora de dentro das fábricas. É certo que o pós-fordismo reduziu consideravelmente o contingente de trabalhadores do interior das fábricas com seu princípio produtivo da *lean factory* e da *lean production*, mas este, por sua vez, sequer foi capaz de eliminar o trabalho vivo de modo a poder nos dar subsídios para darmos adeus à classe trabalhadora. Destarte, mui difícil é a tarefa de dar crédito a Gorz para seu fim da utopia do trabalho e da não-necessidade das pessoas na economia, desacreditando o trabalho enquanto um fundamento ao processo de integração social.

Quanto à tese de Offe, algumas considerações que a desqualificam também merecem ser apresentadas. Muito embora a tese do autor apresente o cuidado de se referenciar em elementos empíricos concretos, seu construto é passível de fortes críticas. O ponto fraco da tese de Offe é sem dúvida nenhuma, acreditar nas oscilações do mercado de trabalho, do sistema de produção capitalista, e da crise da sociedade do trabalho como uma revolução última e acabada. Muito embora os dados empíricos utilizados pelo autor para corroborar sua tese sejam bastante pertinentes, ele cai na tentação de generalizar o descentramento de uma categoria central na sociologia, tal como o trabalho, justamente a partir de movimentos ainda não acabados na economia. A crise tomada por Offe como referência de seus argumentos não se constitui como uma crise final, mas sim um movimento em constante mudança, cujos contornos mudaram bastante ao longo dos últimos anos, tal como um caleidoscópio, configurando um quadro heterogêneo passível de diversas interpretações. O argumento de Offe segundo o qual a crise da sociedade do trabalho teria como fundamento uma perda da qualidade subjetiva de centro organizador das atividades humanas, da auto-estima, e das referências sociais e das orientações morais, uma vez embasado na sua análise da crise das oscilações do mercado, a nosso ver, é bastante prematuro e afoito. Os motivos alegados pelo autor para tentar descaracterizar o trabalho como uma categoria central da sociologia, tais como a crise prematura do trabalho, a capacidade decrescente do mercado de trabalho na absorção de trabalhadores assalariados sob o regime contratual, não são suficientes para sustentar sua proposta. Em momento algum Offe nos mostra como os fundamentos da categoria trabalho que os autores clássicos da sociologia construíram são passíveis de serem desconstruídos em confrontação com seus argumentos. O que se observa no trabalho de Offe, são meras especulações motivadas por um movimento cíclico da economia, e jamais uma crítica desconstrutiva capaz de desmontar o edifício teórico da sociologia. Uma vez o autor não demonstra a pretensão de fundamentar esta crítica, quanto então se poderá dizer sobre uma crítica de descentramento aos construtos sobre o trabalho,

erigidos por Hegel. Tal iniciativa é inexistente em seu trabalho. Não obstante essa crítica por nós alçada, todavia, o pecado maior da tese de Offe não recai sobre essa polêmica. A nosso ver, a falha maior do autor se dá quando o mesmo tenta associar o processo de diferenciação, fragmentação e heterogeneização do mundo do trabalho, com o crescimento do setor terciário da economia e a prevalência, neste setor, de uma racionalidade específica e diversa daquela prevalente no setor industrial. Ao demonstrar que a economia de serviços apresenta uma heterogeneidade de trabalho muito grande, a qual deixa de permitir a ocorrência de critérios de produtividade e de racionalidade técnica diferentes daquelas observadas no setor industrial, e, motivadas por uma nova racionalidade de tipo comunicativo, aos moldes habermasianos, Offe comete um grande erro. A nosso ver, Offe omite em sua análise que muito embora o setor emergente de serviços seja um setor da economia, este não pode ser visto como um setor no qual a racionalidade instrumental não seja uma racionalidade dominante. Mesmo que o autor omita em mencionar o fato que, o setor de serviços seja parte integrante do mundo dos negócios e da economia, ou seja, setores nos quais a racionalidade do dinheiro, do trabalho, da administração, das finanças e da burocratização são racionalidades dominantes, ele não pode se esquivar em admitir que seja esta mesma racionalidade, a velha racionalidade instrumental, que conduz as ações dos atores sociais neste setor ora emergente. É possível admitir que o pós-fordismo em suas novas configurações sociais tenha aberto espaço para a emergência de novas racionalidades, mas é, portanto, impossível admitir que nesse sistema essas novas racionalidades se sobreponham e mantenham a primazia sobre a racionalidade instrumental. Uma vez Offe se omite em admitir a prevalência da instrumentalidade sobre o setor de serviços, fica muito difícil dar crédito à sua tese de que a categoria trabalho deixa de ser central para explicar a vida social.

Com relação à tese de Schaff, muito embora o autor esteja correto quanto ao argumento que a transformação revolucionária da ciência e da técnica traz modificações na produção e nos serviços e, conseqüentemente, produzindo mudanças nas relações sociais, esta não escapa ileso das críticas, e algumas questões devem ser colocadas. A primeira delas diz respeito ao fato como o autor trata a questão da revolução informacional. De modo análogo aos outros autores já discutidos, a nosso ver, Schaff incorre no mesmo erro, qual seja o de considerar a revolução da informática como algo já acabado no contexto da reestruturação do capitalismo. Assim, o autor incorre no mesmo conjunto de críticas já levantadas contra a tese de Gorz e, de certo modo, daquela de Offe. Um segundo ponto, todavia mais polêmico diz respeito ao fato como Schaff sustenta o pressuposto de que a sociedade informática é capaz de dar fim à forma abstrata do trabalho na sociedade capitalista. O fenômeno do desemprego estrutural ocasionado pela expansão da informática e a transformação da forma de trabalhar com a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, e a conseqüente liberação do tempo livre de trabalho, levou Schaff a acreditar na diminuição da quantidade de trabalho abstrato envolvido na produção de valor. Tudo isto colocado, nos leva a crer que o autor parece desconhecer, ou mesmo

deixou de conhecer, a forma como se procedeu e se desenvolveu a revolução da informação no contexto do pós-fordismo. Nos argumentos que são colocados, Schaff procede de forma *naïf*, ao considerar a revolução informacional como algo desconectado do processo de produção de valor. O autor foi muito superficial, ao não perceber que esse rearranjo proposto pela revolução informacional, na verdade, não elimina o trabalho abstrato da produção, mas muito pelo contrário ela o redistribui, tanto nas atividades informatizadas, bem como nas atividades que são relegadas a terceiro ou a outros planos que não o atingido pela informática. Pelo argumento de Schaff, parece que a revolução informacional é capaz de se expandir a todos os setores produtivos e formas de vida social, eliminando a classe trabalhadora, a propriedade privada dos meios de produção, dos serviços em larga escala e da classe capitalista. Na verdade, o que se viu nos anos que se sucederam após os escritos de Schaff, não foi isto que o mundo do pós-fordismo produziu. A revolução informacional não conseguiu atingir a todos os setores e sistemas de produção, quanto mais à vida social. As *unmanned factories* de fato existiram, mas foram poucas e se mostraram totalmente inviáveis na produção de valor, concentrando grandes investimentos em capital fixo e uma composição orgânica do capital muito alta e com conseqüente redução da taxa de lucro. A classe trabalhadora nunca foi totalmente, nem muito menos parcialmente eliminada. Muito menos, se assistiu até hoje, o fim da propriedade privada dos meios de produção e dos serviços e, quanto mais da classe capitalista. São essas constatações, por não falar em outras mais, portanto, que refutam a tese de Schaff e a torna incapaz de dar sustentação ao fim do trabalho abstrato. É impossível para nós ter de admitir o pós-fordismo como uma era onde tudo que gira a nosso redor é provido única e exclusivamente de utilidade, trabalho útil, trabalho concreto.

Por fim, com relação à tese de Kurz, algumas questões hão de ser colocadas. Muito embora o autor concorde com a tese central da teoria marxista da contradição entre forças produtivas e o caráter nebuloso das relações de produção, alguns outros pontos da própria teoria em que Kurz dá crédito são negados. De fato, é louvável a constatação de Kurz acerca da impossibilidade de ruptura do socialismo com a forma valor da sociedade capitalista, tecendo, assim, uma bela crítica acerca da profundidade da forma mercadoria não somente ao âmbito da sociedade capitalista. Todavia, a tese de Kurz perde seu brilho quando o autor vai analisar a crise cíclica da forma mercadoria, e prognosticar de forma determinística a agonia e o fim do trabalho abstrato, da mercadoria força de trabalho, e das classes sociais. Tal como Gorz, Offe, e Schaff, Kurz se equivoca quando toma como referência empírica o avanço tecnológico informacional da reestruturação do sistema de produção capitalista, como uma revolução acabada. De fato, como já criticado na análise das outras teses, este momento da reestruturação capitalista constituiu-se apenas como um capítulo desta longa história da afirmação de um novo compromisso produtivo, que ora assistimos neste nosso sistema capitalista cronicamente em crise desde a década de 70 do Século XX. A ilusão da substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto nos

sistemas produtivos, por si só, não são suficientes para que uma tese de fim do trabalho abstrato possa ser sustentada. Por outro lado, como Kurz apresenta uma aproximação com a teoria marxista, o autor poderia melhor discutir essa tese da crise do trabalho abstrato ampliando sua análise sobre o caráter contraditória da composição orgânica do capital e da taxa de lucro, o que, evidentemente, não o faz. Destarte, a tese de Kurz deixa de ampliar sua análise com base nessa teoria, e perde força. Por outro lado, além de afoita, a tese do autor é controversa, uma vez que o mesmo propõe uma ação militante, propugnando para o rompimento da forma mercadoria de relações sociais e ao mesmo tempo, identifica que a classe trabalhadora deixa de existir com o rompimento desta forma mercadoria. Diante do que é ora apresentado a tese do autor perde força e, contudo, leva-nos a duvidar sobre o prognóstico da nova racionalidade que Kurz imagina vingar e a substituir a velha racionalidade do sistema capital.

Por fim, uma vez apresentadas e discutidos os principais pontos do debate acerca da centralidade da categoria trabalho, resta-nos evidente que o movimento surgido bem como o debate gerado, foi de grande valia. Não somente pela riqueza das propostas e dos elementos do debate, mas principalmente, pelo fato de que todas são inconsistentes e falhas na tentativa de superar e propor o fim da centralidade da categoria trabalho no pensamento social. Seus argumentos, pressupostos e provas não se sustentam, tornam a tentativa de descentramento da categoria trabalho com uma tarefa não muito bem sucedida. Resta-nos, portanto, aguardar o fim dessa crise cíclica do capitalismo e ver o que o destino propõe à sociologia, ou do contrário, acreditar que a categoria trabalho foi construída como algo muito sólido e que vai perdurar por muito ainda como uma categoria central na análise do social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, Luís Antônio. 2002. *Après-fordisme et participation: restructuration productive contemporaine et nouvelle rationalisation du travail dans l'industrie automobile brésilienne*. Lille, Septentrion.

CASTORIADIS, Cornelius. 1975. *L'institution imaginaire de La société*. Paris, Seuil.

DURKHEIM, Emile. 1978. *De la division du travail social*. Paris, PUF.

DURKHEIM, Emile. 1983. *Le suicide*. Paris, PUF.

GORZ, André. 1982. *Adeus ao Proletariado: Para Além do Socialismo*. Tradução de Ângela Ramalho Vianna e Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro, Forense Universitária.

GORZ, André. 1980. *Adieu au prolétariat: au delà du Socialisme*. Paris, Galilée.

- HABERMAS, Jürgen. 1976. *Zur Rekonstruktion des Historischen Materialismus*. Suhrkamp, Auflage.
- HABERMAS, Jürgen. 1980. *Para a Reconstrução do Materialismo Histórico*. Tradução de Carlos Néilson Coutinho. São Paulo, Brasiliense.
- HABERMAS, Jürgen. 1968. *Technik und Wissenschaft als Ideologie*. Suhrkamp Verlag, am Main, 1968.
- HABERMAS, Jürgen. 1978. Técnica e Ciência como Ideologia. In: BENJAMIN, W.; HORKHEIMER, M.; ADORNO, T.; & HABERMAS, J. *Textos Escolhidos*. São Paulo, Abril Cultural, pp. 303-33.
- HABERMAS, Jürgen. 1987. *Técnica e Ciência como Ideologia*. Lisboa, Edições 70.
- HABERMAS, Jürgen. 1987. *Teoría de la Acción Comunicativa*, Tomo I & II. Taurus, Madrid.
- HABERMAS, Jürgen. 1984. *The Theory of Communicative Action*. Vols. I & II. Boston, Beacon Press.
- HABERMAS, Jürgen. 1981. *Theorie des Kommunikativen Handelns*. Suhrkamp Verlag, Frankfurt am Main.
- HABERMAS, Jürgen. 1976. *Zur Rekonstruktion des Historischen Materialismus*. Suhrkamp Verlag, am Main.
- HEGEL, G. W. F. 1982. *La philosophie de l'esprit de La "Realphilosophie" – 1805-1806*. Paris.
- HEGEL, G. W. F. 1991. *Phénoménologie de l'esprit*. Paris, Aubier.
- KURZ, Robert. 1991. *Der Kollaps der Modernisierung. Vom Zusammenbruch des Kasernensozialismus zur Krise der Weltökonomie*. Eichborn, Auflagen.
- KURZ, Robert. 1992. *O Colapso da Modernização. Da Derrocada do Socialismo de Caserna à Crise da Economia Mundial*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- NAVILLE, Pierre. *Le nouveau Léviathan. I – De l'aliénation à la jouissance*. Paris, Anthropos, 2^e édition, 1970.
- OFFE, Claus. 1984. *Arbeitsgesellschaft: Strukturprobleme und Zukunftsperspektiven*. Suhrkamp Verlag, Frankfurt am Main.
- OFFE, Claus. 1989. *Trabalho & Sociedade: Problemas Estruturais e Perspectivas para o Futuro da Sociedade do Trabalho*. (Volume I – A Crise; Volume II – Perspectivas). Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- SCHAFF, Adam & FRIEDRICH, Gunter. 1990. *A Sociedade Informática*. São Paulo, Brasiliense.

SCHAFF, Adam & FRIEDRICH, Gunter. 1982. *Microelectronics and Society: For Better or for Worse*. Oxford, Pergamon Press.

WEBER, Max. 2003. *L'éthique protestante et l'esprit du capitalisme*. Paris, Gallimard.

NOTAS

1. Cf. HEGEL, G. W. F. *La philosophie de l'esprit de La "Realphilosophie" – 1805-1806*. Paris, PUF, 1982.
2. Cf. NAVILLE, Pierre. *Le nouveau Léviathan. 1 – De l'aliénation à la jouissance*. Paris, Anthropos, 2^e édition, 1970. p. 32.
3. Cf. CASTORIADIS, Cornelius. *L'institution imaginaire de La société*. Paris, Seuil, 1975. P. 184.
4. Cf. HEGEL, G. W. F. *Phénoménologie de l'esprit*. Paris, Aubier, 1991. P. 156.
5. cf. WEBER, Max. *L'éthique protestante et l'esprit du capitalisme*. Paris, Gallimard, 2003. p. 244.
6. DURKHEIM, Emile. *Le suicide*. Paris, PUF, 1983.
7. DURKHEIM, Emile. *De la division du travail social*. Paris, PUF, 1978.
8. Cf. DURKHEIM, Emile. *op. cit.*, 1978.
9. HABERMAS, Jürgen. *Technik und Wissenschaft als Ideologie*. Suhrkamp Verlag, am Main, 1968; HABERMAS, Jürgen. Técnica e Ciência como Ideologia. In: BENJAMIN, W.; HORKHEIMER, M.; ADORNO, T.; & HABERMAS, J. *Textos Escolhidos*. São Paulo, Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores, Vol. 48). pp. 303-33.
10. HABERMAS, Jürgen. *Zur Rekonstruktion des Historischen Materialismus*. Suhrkamp Verlag, am Main, 1976; HABERMAS, Jürgen. Para a Reconstrução do Materialismo Histórico. Tradução de Carlos Néelson Coutinho. São Paulo, Brasiliense, 1983.
11. GORZ, André. *Adieu au prolétariat: au dela du Socialisme*. Paris, Galilée, 1980; GORZ, André. *Adeus ao Proletariado: Para Além do Socialismo*. Tradução de Ângela Ramalho Vianna e Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.
12. HABERMAS, Jürgen. *Theorie des Kommunikativen Handels*. Suhrkamp Verlag, Frankfurt am Main, 1981. (Band I. Handlungsrationalität und Gesellschaftliche Rationalisierung; Band II. Zur Kritik der Funktionalistischen); HABERMAS, Jürgen. *The Theory of Communicative Action*. Vols. I & II. Boston, Beacon Press, 1984; HABERMAS, Jürgen. Teoría de la Acción Comunicativa, Tomo I & II. Taurus, Madrid, 1987.

13. OFFE, Claus. *Arbeitsgesellschaft: Strukturprobleme und Zukunftsperspektiven*. Suhrkamp Verlag, Frankfurt am Main, 1984; OFFE, Claus. *Trabalho & Sociedade: Problemas Estruturais e Perspectivas para o Futuro da Sociedade do Trabalho*. (Volume I – A Crise; Volume II – Perspectivas). Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.
14. SCHAFF, Adam & FRIEDRICH, Gunter. *Microelectronics and Society: For Better or for Worse*. Oxford, Pergamon Press, 1982; SCHAFF, Adam & FRIEDRICH, Gunter. *A Sociedade da Informática*. São Paulo, Brasiliense, 1990.
15. KURZ, Robert. *Der Kollaps der Modernisierung. Vom Zusammenbruch des Kasernensozialismus zur Krise der Weltökonomie*. Eichborn, Auflage, 1991; KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização. Da Derrocada do Socialismo de Caserna à Crise da Economia Mundial*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
16. Cf. HABERMAS, Jürgen. *Técnica e Ciência como Ideologia*. Lisboa, Edições 70, 1987. P. 68.
17. HABERMAS, Jürgen, *Zur Rekonstruktion des Historischen Materialismus*. Suhrkamp, Auflage, 1976; HABERMAS, Jürgen. *Para a Reconstrução do Materialismo Histórico*. São Paulo, Brasiliense, 1990.
18. Cf. HABERMAS, Jürgen. *op. cit.* 1990. p. 116.
19. Cf. GORZ, André. *op. cit.*, 1982. P. 89.
20. *Ibid.*
21. Cf. GORZ, André. *op. cit.*, 1982. p. 53.
22. *Idem.* p. 223.
23. *Idem.* p. 68-70.
24. *Idem.* p. 277.
25. *Idem.* p.171.
26. Cf. SCHAFF, Adam. *A Sociedade Informática*. São Paulo, Brasiliense, 1990, p. 23.
27. *Idem.* p. 22.
28. cf. KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização: Do Socialismo de Caserna à Crise da Economia Mundial*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992. p. 25.
29. *Idem.* p. 80-1.

A CENTRALIDADE DO TRABALHO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO DEBATE CONTEMPORÂNEO

Luís Antônio Cardoso

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o debate sociológico contemporâneo acerca da perda da centralidade da categoria trabalho surgido nas últimas décadas do Século XX. O artigo analisa a pertinência da categoria trabalho no pensamento social evidenciando sua afirmação anteriormente ao surgimento da sociologia. Também, são analisadas as propostas de Habermas, Gorz, Offe, Schaff e Kurz, considerados como os precursores mais importantes do debate.

Palavras-Chave: Sociologia do Trabalho - Teoria Social - Centralidade do Trabalho

ABSTRACT

This paper aims to discuss the contemporary sociological debate about the loss of centrality of the work category which has been emerging since the last decades of the XXth Century. Also it discusses the pertinence of the work category in the sociological thought evidencing its appearance before the origins of sociology. Finally, the paper analyses the presuppositions of Habermas, Gorz, Offe Schaff and Kurz, considered as the most important authors of the debate.

Key-Words: Sociology of Work - Social Theory - Centrality of Work

